



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0010052-84.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado**  
 Documento de Origem: **IP - 053/2015 - Delegacia de Investigações Gerais de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **ANTONIO LIMA RIBEIRO**  
 Vítima: **CAMILA PILEGI DE BRITO e outros**

Réu Preso

Aos 25 de fevereiro de 2016, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu ANTONIO LIMA RIBEIRO, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foram ouvidas as vítimas e interrogado o réu. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** “MM. Juiz: ANTONIO LIMA RIBEIRO, qualificado a fls.86, com foto as fls.23, subtraiu os bens das vítimas: **I** - Camila Pilegi de Brito, no dia 04.09.15, por volta de 10h50, na Rua São Joaquim, 1417, centro, interior da loja calçados “Calce Bem”, anunciou o assalto, simulando estar armado, um celular Nokia Lumia e dinheiro; **II** - No dia 10.09.15, por volta de 08h55, na Rua D. Pedro II, 1150, centro, abordou a vítima Simone Barbosa Castorino Santos, da empresa Montreal Serviços, simulando estar armado, um celular Samsung no valor de R\$1.000,00 e R\$150,00 em dinheiro, fugindo do local; **III** – No dia 11.09.15, por volta de 15h20, na Rua Episcopal, 1813, centro, em São Carlos, abordou a vítima Silvana Menezes de Azevedo, dona da loja Ágata Store, fazendo menção de estar armado, subtraiu um celular Samsung Galax, avaliado em R\$1.000,00; **IV** – No dia 14.09.15, por volta de 09h38, na Avenida Salum, 1243, Bela Vista, abordou a vítima Carolina Mariano Alves, da loja “Carol Alves”, anunciou o assalto, subtraindo o celular da vítima, avaliado em R\$600,00; **V** – No dia 08.09.15, por volta de 11h35, na Rua Episcopal, 840, abordou a vítima Ingrid Cristina Queiroz Vicente, da loja “Radeni Jalecos e Uniformes”, anunciou o assalto, subtraindo o celular Samsung Core 2, no valor de R\$600,00 de propriedade da funcionária Carolina Assalin e subtraiu mais celulares da funcionária Maria Fátima Carvalho, um LG, valor de R\$200,00 e outro móvel da CLARO, marca Alcatel, valor de R\$120,00; **VI** – No dia 12.09.15, por volta de



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

11h48, na Rua Bento Carlos, 433, centro, abordou a vítima Kaysa Madeira, que trabalhava na loja “Nina Moda Feminina”, subtraindo um celular Nokia, CLARO, da propriedade da loja, chegando a empurrar a funcionária para subtrair o bem. **A ação é procedente.** As vítimas ouvidas na presente audiência confirmaram que foram abordadas pelo réu, que simulou estar armado e subtraiu os objetos referidos na denúncia. Nenhum objeto foi recuperado, arcando as vítimas com considerável prejuízo. As vítimas ficaram intimidadas e não reagiram, pois temiam que o autor estivesse armado. O réu confessou o crime. Ante o exposto, aguardo a procedência da presente ação, considerando-se que o réu é reincidente por crime de roubo (fls.185), devendo ser fixado o regime inicial fechado para o cumprimento da pena, face a audácia e periculosidade demonstrada pelo acusado, que praticou o crime em horário comercial, em diversos estabelecimentos, no centro desta cidade, intimidando diversas pessoas que estavam trabalhando, estando presentes os requisitos da prisão cautelar, não podendo o réu apelar em liberdade. **Dada a palavra à DEFESA:**”MM. Juiz, o réu confessou a prática dos delitos de roubo simples narrados na denúncia, como fizera, a propósito, já na fase inquisitorial. A confissão está em harmonia com o restante da prova (art. 197, CPP). Hoje em juízo, as vítimas confirmaram a autoria do delito, inclusive mediante reconhecimento pessoal. Reiteraram que não houve emprego de arma ou qualquer outra circunstância caracterizadora de causa de aumento. Está presente, portanto, a atenuante da confissão espontânea, que deve, na segunda fase de dosimetria da pena, ser compensada com a agravante da reincidência, conforme precedentes do STJ e do STF. Destaca-se que a confissão foi feita espontaneamente, após entrevista prévia, pessoal e reservada com a Defensoria Pública, o que revela livre exercício de sua autonomia, dignidade e autodeterminação. Mais que isso, a confissão revela arrependimento e, assim, maior potencial ressocializatório. Antonio Lima Ribeiro explicou à Defensoria Pública e ao juiz da causa que converteu-se ao cristianismo e que, por isso, não deve mentir, mas arrepender-se e responsabilizar-se. Requer-se, por isso e pelos demais elementos já alinhados, pena mínima, em regime inicial semiaberto, suficiente para a reprovação do delito, especialmente em face do arrependimento demonstrado. Destaca-se, mais uma vez, a necessidade de compensação da confissão com a reincidência e, quanto ao crime continuado, aplicação da fração mínima de aumento. O tempo de custódia cautelar ainda não autoriza a aplicação do art. 387,§2º, do CPP. Requer-se, por fim, a concessão do direito de recorrer em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**”VISTOS. ANTONIO LIMA RIBEIRO, qualificado a fls.86, com foto as fls.23, subtraiu os bens das vítimas: **I** - Camila Pilegi de Brito, no dia 04.09.15, por volta de 10h50, na Rua São Joaquim, 1417, centro, interior da loja calçados “Calce Bem”, anunciou o assalto, simulando estar armado, um celular Nokia Lumia e dinheiro; **II** - No dia 10.09.15, por volta de 08h55, na Rua D. Pedro II, 1150, centro, abordou a vítima Simone Barbosa Castorino Santos, da empresa Montreal Serviços, simulando estar armado, um celular Samsung no valor de R\$1.000,00 e R\$150,00 em dinheiro, fugindo do local; **III** – No dia 11.09.15, por volta de 15h20, na Rua Episcopal, 1813, centro, em São Carlos, abordou a vítima Silvana Menezes de Azevedo, dona da loja Ágata Store, fazendo menção de estar armado, subtraiu um celular Samsung Galax, avaliado



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

em R\$1.000,00; **IV** – No dia 14.09.15, por volta de 09h38, na Avenida Salum, 1243, Bela Vista, abordou a vítima Carolina Mariano Alves, da loja “Carol Alves”, anunciou o assalto, subtraindo o celular da vítima, avaliado em R\$600,00; **V** – No dia 08.09.15, por volta de 11h35, na Rua Episcopal, 840, abordou a vítima Ingrid Cristina Queiroz Vicente, da loja “Radeni Jalecos e Uniformes”, anunciou o assalto, subtraindo o celular Samsung Core 2, no valor de R\$600,00 de propriedade da funcionária Carolina Assalin e subtraiu mais celulares da funcionária Maria Fátima Carvalho, um LG, valor de R\$200,00 e outro móvel da CLARO, marca Alcatel, valor de R\$120,00; **VI** – No dia 12.09.15, por volta de 11h48, na Rua Bento Carlos, 433, centro, abordou a vítima Kaysa Madeira, que trabalhava na loja “Nina Moda Feminina”, subtraindo um celular Nokia, CLARO, da propriedade da loja, chegando a empurrar a funcionária para subtrair o bem. Recebida a denúncia (fls.151), houve citação e resposta escrita, sendo o recebimento mantido, sem absolvição sumária (fls.181). Nesta audiência foram ouvidas as vítimas e interrogado o réu, havendo desistência quanto as testemunhas faltantes. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação, observando-se a reincidência. A defesa pediu pena mínima, em regime inicial semiaberto, compensação da confissão com a reincidência e, quanto ao crime continuado, aplicação da fração mínima de aumento e a concessão do direito de recorrer em liberdade. **É o Relatório. Decido.** O réu é confesso e a prova oral reforça o teor da confissão. Está bem demonstrada a prática de roubo em seis estabelecimentos comerciais diferentes, todos em continuação. Nesta audiência o réu foi reconhecido com segurança pelas vítimas. A condenação é de rigor, observando-se a agravante da reincidência específica (fls.185), bem como a atenuante da confissão. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** Antonio Lima Ribeiro como incurso no art.157, *caput*, por seis vezes, c.c. art.61, I, art.65, III, “d”, e artigo 71, todos do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, considerando que a subtração envolveu bens de razoável valor e, especificamente, no caso da loja “Ágata Stor”, um único aparelho celular avaliado em R\$1.000,00 (em outras lojas também foram levados celulares de valores razoáveis, embora inferiores, além de dinheiro), fixo-lhe a pena-base acima do mínimo legal, em 04 (quatro) anos e 03 (três) meses de reclusão, mais 11 (onze) dias-multa, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos. Mantenho a pena-base inalterada, em razão da compensação entre confissão e reincidência. Em razão do crime continuado, sendo possível o aumento de fração, que no caso é proporcional e adequado para a correta individualização da pena, nos termos do artigo 71, *caput*, do CP, bem como considerando o número total de infrações (seis), elevo a sanção em 2/3, perfazendo a **pena definitiva de 06 (seis) anos, 09 (nove) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão, mais 17 (dezessete) dias-multa, no mínimo legal.** Sendo reincidente, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime fechado**, nos termos do art.33, e parágrafos, do Código Penal, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações. A existência de crime cometido em local aberto ao público, destacadamente em loja da cidade, vem assustando a comunidade e, por isso, com o aumento da violência, afronta-se a garantia da ordem pública, que justifica a prisão cautelar. Comuniquem-se o

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

princípio em que se encontra. Estão presentes os requisitos da prisão cautelar, já mencionados as fls.70. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos Andre Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré(u):